



BOLETIM DA RESISTÊNCIA POPULAR ESTUDANTIL

Edição 01 – Ano I – Março de 2021 - Araraquara, São Paulo.

Boletim de Opinião da Resistência Popular Estudantil 28 de Março.

APRESENTANDO O BOLETIM

Este é o primeiro número do Boletim da Resistência Popular Estudantil, periódico bimensal destinado para debates, notícias e urgências ligadas as lutas do movimento estudantil e comprometido na defesa da educação pública. A iniciativa deste boletim parte do sentimento coletivo pela retomada do caráter político revolucionário das discussões no movimento estudantil, da necessidade de incentivo e participação da estudantada em temas e questões em que essas/es estão diretamente afetadas/os. Para além, afirmamos aqui nosso lugar na trincheira da disputa epistemológica, dentro e fora dos muros da universidade, por um conhecimento popular, anticolonial, libertário e anticapitalista. Assim como acreditamos que toda luta é pedagógica e que um movimento estudantil forte, apenas se constrói pela participação diária.

O ano de 2020, marcado pela pandemia de COVID-19 aprofundou e escancarou o projeto antipovo imposto desde cima pelos que nos governam: o aumento de custo de vida, o ajuste fiscal, a desigualdade educacional e o desemprego crescente são sinais evidentes de um projeto de corte neoliberal, comandado por genocidas, banqueiros e pela elite empresarial brasileira. Especialmente na educação pública, o cenário é de exclusão educacional e precarização, pois com a adoção do Ensino Remoto na maioria das escolas e

universidades brasileiras, sem se quer ter estruturas suficientes ou mesmo o apoio das comunidades escolares e acadêmicas, foi também imposto um novo modelo educacional, marcado pela mercantilização do conhecimento e pelas precárias condições de ensino, aprendizagem e trabalho.

A escolha por simular uma normalidade inexistente, apenas escancara o projeto educacional "dos de cima", que não se preocupa com a realidade cada vez mais dura "dos de baixo", e por se furtar dessa responsabilidade social reproduz um pensamento forjado no produtivismo, empregabilidade e na competição, que ao fim e ao cabo se representa na expressão "cada um por si nas atividades não presenciais". Neste ponto, acreditamos que o papel da Universidade durante a pandemia deveria ser em centrar todas as forças no combate da Covid-19, articulando e estimulando que cada área/curso reflita sobre o seu papel prático para o combate à pandemia e contenção de contágio aos pobres.

Defendemos para além disso, que as universidades públicas se convertam em polos de vacinação e de conscientização popular, estimulando e estreitando laços entre a comunidade acadêmica, profissionais da saúde e professores da rede pública.

Tensionando cada vez mais para o entendimento das universidades como uma ferramenta à serviço dos interesses e necessidades dos de baixo, onde as aulas, as

pesquisas e as extensões vocalizem as demandas por uma vida digna aos de baixo.

À aqueles/as estudantes que conseguiram rasgar o filtro social do vestibular e ingressaram em uma universidade pública, aqui apresentamos a universidade aos olhos do movimento estudantil. De entrada já vemos muitas barreiras entre nós e o conhecimento acadêmico, que por sua vez é formado em uma estrutura de poder profundamente antidemocrática e corporativista. Permanecer em uma universidade pública, significa ao estudante pobre muitas vezes uma rotina sobrecarregada e dividida entre o trabalho precarizado e os estudos, haja visto a insuficiência das políticas de permanência ofertadas institucionalmente. Cabe aqui

destacar que estas políticas de permanência, ainda que insuficientes, foram arrancadas pelas lutas e reivindicações do movimento estudantil e portanto não são concessões benevolentes das Universidades.

Portanto, nossa luta é pela universalização do conhecimento, pelo ingresso cada vez maior dos de baixo nas universidades, com condições suficientes para ter uma educação e uma vida digna. É também pelo resgate da combatividade e da ação direta estudantil.

Lutar Juntos/as, Estudar Junto/as!

Pelo Fim do Vestibular!

Para Mudar a Educação, Luta, Ação direta e Autogestão!

A LUTA PELO FIM DO VESTIBULAR DEVE ULTRAPASSAR A PANDEMIA

O primeiro ataque que o ensino superior público sofre no Brasil é através do vestibular. Um sistema de provas importado, quase cópia do exame de qualificação “Baccalauréat” francês, que regulava a seleção de quem irá ou não ter acesso à universidade; um dos exemplos mais simples do avanço de projetos anti-povo na educação, já que o vestibular é em si, uma expressão da privatização do ensino público.

A pandemia de Covid-19 levantou o debate sobre adiamento ou cancelamento do ENEM e dos demais vestibulares, e entendemos a necessidade de aprofundar a discussão não só sobre as barreiras que encontramos em uma crise social em relação ao ENEM e o acesso à Universidade, mas da

própria estrutura do vestibular, que há tempos desempenha seu papel de tirar o direito ao acesso livre das camadas populares de obterem uma formação digna.

SOBRE A NECESSIDADE DO FIM DO VESTIBULAR PÓS-PANDEMIA

Hoje, embora o Estado tente ofuscar, é evidente que vivemos em um momento pandêmico, de anormalidade social, de extrema vulnerabilidade econômica, intensificado pela interrupção dos auxílios emergenciais, e de exclusão escolar por meio das aulas remotas, que impossibilitam ainda mais o contato de estudantes pobres com o ensino público. Além dos aspectos materiais, as questões psicológicas em meio a uma

pandemia são definitivas para a condição dos e das estudantes, que aumentam ainda mais pela pressão da estudantada frente ao filtro do vestibular, uma vez que o contexto social de mais de 250 mil mortos por Covid-19 assombram as notícias e as casas brasileiras diariamente.

Em meio ao caos, o Exame Nacional do Ensino Médio foi aplicado, com o Ministro da Educação, Milton Ribeiro, vendendo a farsa do “sucesso e vitória”. Contudo, os números de evasão e a insatisfação dos e das estudantes nos mostram outra faceta do “sucesso”: com a maior evasão da história do ENEM, 51,5% de estudantes inscritos desistiram da prova, e, com isso, da possibilidade de entrada ao ensino superior em 2021 – vale dizer que não estamos advogando pela produtividade exacerbada, pela normalidade do momento em adentrar o ensino superior, mas, de indicar que o Ministério da Educação frustrou a possibilidade de entrada na universidade para 51% de estudantes, enquanto para aqueles e aquelas que tiveram a acessibilidade para acompanhar as aulas remotas, a chance de se manter em casa com proteção, estudando sem a preocupação de manter a renda familiar, que puderam encaminhar-se com segurança aos locais de prova, o ENEM permaneceu como todos os anos, garantindo a entrada de uma classe social específica na universidade. A evasão é reflexo direto de um ano letivo inacessível, sem qualidade pedagógica, que desestimula dia a dia os/as estudantes mais vulneráveis da sociedade, que para além de serem marginalizados durante todo o percurso no ensino público brasileiro, são ainda mais precarizados nos momentos de crise.

Além disso, problemas como oferecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) para os e as estudantes, higienização dos espaços para a contenção do contágio e diminuição da capacidade de lotação de cada sala, respeitando o distanciamento estipulado pelas normas sanitárias, são exemplos de situações de risco que não foram devidamente atendidas. Ainda, o despreparo para a realização da prova pelos órgãos responsáveis ocasionou situações de barramento de estudantes que não puderam realizar o exame por conta da lotação de mais de 50% do espaço, que, como solução, não foram realocados, mas excluídos do processo.

As dimensões acima descritas vão na contra mão do que se espera em um momento de pandemia: para conter o avanço da doença, respeitar o isolamento social e lutar por uma vacinação ampla e irrestrita é primordial, mas a realidade do Estado nos mostra que a prioridade para o governo é tocar a “normalidade”, mantendo a aplicação inflexível dos exames e vestibulares como se nada estivesse acontecendo. Como vemos, o abismo da desigualdade do ensino brasileiro, que já era grande, intensificou-se ainda mais durante o período de pandemia.

Impossibilitando o ensino presencial nas escolas e cursinhos populares, e desta maneira, motivando a desfasagem e a precarização do ensino para a maioria das/os estudantes brasileiros, as condições físicas, psicológicas e econômicas das/os estudantes, que muitas vezes são forçadas/os a manter uma normalidade já não mais existente, agravam essa situação. Tendo a sua rotina alterada por completo, torna-se cada vez mais difícil acompanhar as aulas remotas, tanto por

questões de acesso à internet e a ferramentas digitais, quanto por sobrecarga emocional, física ou mesmo de trabalho, seja ele produtivo ou reprodutivo.

Por isso que, se defendemos uma educação de acesso a todas/os, é de extrema necessidade que nossa luta urgente esteja direcionada ao cancelamento do ENEM e dos demais vestibulares em 2021, uma vez que não há perspectiva de vacinação em massa ou de controle da pandemia neste ano. Não podemos deixar as/os estudantes pobres novamente à deriva do poder do Estado em adiar, mais uma vez, por 30 ou 40 dias a prova do Enem ou de criar plataformas virtuais não democráticas para que o teste ocorra. Encampar a bandeira do cancelamento dos vestibulares de 2021 em caso de agravamento ou até mesmo na constância de contaminação que estamos vivendo, é assumir a responsabilidade social que a universidade pública deveria ter com o povo, principalmente em uma conjuntura pandêmica repleta de incertezas e limitações.

Os vestibulares na realidade da educação brasileira são instrumentos para legitimar e reforçar a exclusão educacional, e tem seu funcionamento enquanto uma espécie de "filtro social" que barra e cerra as portas da universidade ao povo, ao mesmo tempo em que garante o acesso às/aos estudantes de redes particulares de ensino - sejam estas cursos pré vestibulares ou instituições privadas de ensino médio. Este quadro de desigualdade de acesso ao ensino superior se aprofunda cada vez mais, saltando aos olhos pela narrativa adotada pelo ex-ministro da educação Abraham Weintraub, que classifica o ENEM enquanto uma competição, onde os melhores preparados

(leia-se, com maiores condições econômicas), assumem a frente da sociedade, cabendo aos demais "correr atrás do prejuízo". Tal narrativa, não é só absurda e insensível, mas também desconsidera a desigualdade econômica enquanto condição permanente de nossa sociedade no capitalismo, o que não nos surpreende, uma vez que é a orientação ideológica do Estado e das instituições. Antes, durante ou pós-pandemia; enquanto houver vestibular, haverá uma vantagem da rede privada do ensino básico em relação a rede pública, negando o acesso da juventude trabalhadora a uma universidade pública.

Outro cenário que pertence à esse debate, considerando a falta de democratização do ensino público justificada pelo vestibular, é a realidade das/os estudantes pobres que passam por esse "filtro" e que tem sua graduação em risco à todo momento, pois, sem ter dinheiro para permanecer na faculdade, não sabem se conseguirão se formar, tendo que, em muitos casos, conciliar sua rotina de estudos com o trabalho (principalmente informal e precarizado), para conseguir uma renda básica para permanecer estudando.

O ensino superior público não é feito para a entrada e nem para a permanência de quem sofre com a exploração capitalista. Como se não bastasse excluir os pobres da universidade, o Estado não dá as condições necessárias para que os poucos que estão ali consigam se manter, mostrando os valores de uma instituição feita originalmente para a elite. Ou seja, para que haja uma democratização plena do acesso à universidade pública **é preciso também defender o fim do vestibular**. Só que para essa defesa ser devidamente posta, ela deve ser

acompanhada de outras reivindicações da luta por uma educação digna, que podem ser:

- 1) defesa do investimento na licenciatura, que é a principal formação para professoras/es das escolas públicas;
- 2) ampliação do ensino, pesquisa e extensão das faculdades, articulando ainda mais a função social da universidade com a comunidade;
- 3) fomentar condições dignas de trabalho as/aos servidoras/es do ensino público, do básico ao superior;
- 4) investimento de dinheiro nas escolas públicas, fornecendo estudo digno as/aos estudantes da rede, assim como um ambiente seguro e propício ao ensino e aprendizado;

Nesse contexto é necessário também que realizemos contra-ataques, a curto e médio prazo, para a luta avançar. Desde fomentar cursinhos populares, para tentar rasgar a peneira do vestibular, até a luta por permanência estudantil; para que as/os estudantes pobres que entrarem nas universidades tenham onde morar, com a

garantia de acesso à uma alimentação digna e auxílio para sua manutenção pessoal.

Portanto, na construção de um projeto de universidade popular que aponte para transformação da sociedade em que vivemos faz-se necessária a defesa intransigente de uma educação gratuita, de qualidade, laica e inclusiva, o que implica romper com o afastamento da universidade com o povo. Fortalecendo e incentivando desde nosso local de estudo as relações com os movimentos sociais e frentes de lutas já existentes, é caminhando ombro a ombro que forjamos, juntas e juntos, um projeto de educação digna com direito ao acesso universal e garantias de permanência.

Por uma educação sem prêmios e nem castigos, exigimos dignidade!

Sem vacinação ampla e irrestrita, sem vestibular em 2021!

Pelo fim do vestibular, todos tem direito de estudar - e sem pagar!

Lutar para além da pandemia, avançar contra o vestibular!

O PAPEL DOS CURSINHOS POPULARES NA LUTA POR EDUCAÇÃO

Os cursinhos livres desempenham um papel fundamental na inserção da estudantada pobre na universidade pública.

Com o objetivo de proporcionar um curso preparatório para o vestibular destinado a estudantes economicamente vulneráveis, os cursinhos, organizados de forma voluntária pelos anseios populares, constroem uma

educação direcionada a luta, voltada não somente a entrada à universidade, mas a permanência e combate a estrutura colocada pelo Estado, extremamente alinhada aos interesses capitalistas.

Como um espaço muitas vezes autogestionário e horizontal, alheio as estruturas de dominação e hierarquização tradicionais das escolas brasileiras, é terreno

fértil para a construção de formas de sociabilidade e organização, inserindo a estudantada em novas possibilidades de luta e de resistência.

O caminho a educação popular é traçado no cotidiano do espaço, na interação entre educadores e estudantes, fomentando a troca e diálogos críticos sobre a construção do conhecimento e a sua finalidade social. É neste cotidiano construído diretamente pelas mãos de estudantes, educadoras e educadores, que se torna possível a oferta de uma educação que, não somente preenche a omissão de um ensino público de qualidade, mas é forjada pela intencionalidade política e social do processo de ensino e aprendizagem.

Entendemos que a educação não deve se basear apenas numa dimensão conteudista, enciclopédica, como a requisitada pelos grandes vestibulares, mas deve dialogar permanentemente com a conjuntura e as condições de vida atuais, de forma a tensionar os debates e caminhar para uma educação realmente voltada as necessidades e interesses do povo. Portanto, é neste espaço frutífero que se torna possível o diálogo entre educação e a luta estudantil, de modo a contextualizar os estudantes aos obstáculos e ataques permanentes do ensino superior, público ou privado, e, além disso,

construir um conhecimento que vá de encontro a um projeto libertário de sociedade.

Os cursinhos livres, como uma resposta popular a insatisfação ao ensino brasileiro e seus mecanismos excludentes de entrada na educação superior, forja no seio da luta social a construção de uma educação libertária, de intenção revolucionária, que, mesmo ancorada no objetivo primário de inserir o estudante na universidade, trilha um caminho completamente diferente daquela educação tradicional, alcançando a tomada de consciência de uma estudantada que, sentindo na pele as repressões e investidas do capitalismo e do Estado, fortalece em si e em sua comunidade mecanismos de resistência e de luta permanente.

A escola hoje é uma fábrica de conhecimentos básicos para a indústria da profissão, e é necessário que se quebre a lógica de produção de conhecimento a todo custo, sem vínculos com as necessidades de um povo, e a torne em um espaço de busca conjunta por ideias, concentradas na transformação de um povo que está robotizado, voltada a construção de uma sociedade cada vez mais autônoma e consciente de suas produções intelectuais e materiais, alinhadas a uma finalidade social, que para todos sirva e que de todos vem.

CONTRA O TROTE, PELA SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL

Em todo ano em que se inicia, é tempo de ingresso de milhares de estudantes nas universidades públicas e privadas. Estes estudantes, que nas universidades públicas (estaduais e federais) conseguiram rasgar a peneira social que é o vestibular, se deparam

com uma realidade totalmente nova, e são apresentados com vislumbre à uma universidade que se orgulha de seu tradicionalismo e desempenho em cursos renomados.

A "tradição do trote" nas universidades brasileiras foi iniciada na passagem do século XIX para o XX, introduzida pelos estudantes da elite, a partir dos exemplos violentos da Universidade de Coimbra (Portugal), que por sua vez remetia à práticas da Idade Média, justamente no momento de consolidação das universidades europeias no século XV.

Dessa forma, é impossível dissociar o trote universitário da conformação da universidade tradicional no Brasil, com perfil extremamente violento, elitista, racista e misógino.

Dentre as práticas mais comuns estão; ingressantes sempre chamados de bichos ou por apelidos pejorativos, sendo "emancipados pelos veteranos", através de um ritual de extrema violência e depreciação; músicas de humilhação aos ingressantes, enfeitamentos e descaracterização do corpo do calouro, a obrigação de ser submisso/a e silenciado/a, a embriaguez forçada de calouros pelos veteranos. Ações essas que sempre são justificadas em prol da manutenção da tradição do trote.

Nesse sentido, entendemos o trote como uma ação que reproduz na estudantada ingressante as estruturas de dominação, de violência e humilhação recorrentes em nossa sociedade, intensificada no pensamento de que existem estudantes, que por conta de seu tempo na instituição, se acham no poder de ser "donos" de outros. Nós lembramos a estes estudantes de que nenhum estudante ingressante é "propriedade", seja de outro estudante, professor ou de qualquer outro agente universitário, e percebemos que essa perspectiva dialoga com a própria origem do trote, uma vez que os mais ricos se acham no

direito de orquestrar as outras pessoas para seu benefício ou entretenimento, podendo relacionar ao fato de uma parcela dos trotes mais violentos se encontram nos cursos mais elitizados da educação pública brasileira.

Para as mulheres, os trotes universitários utilizam da violência sexual como forma de humilhação e essas estudantes, e casos como assédio e estupro são relatados anualmente nos processos de ingresso, de forma informal ou levando a formalidade acadêmica, no formato de denúncia. Devemos ressaltar que muitas das denúncias comunicadas as faculdades não são levadas com seriedade, permitindo que essas agressões continuem e permaneçam normalizadas e legitimadas dentro do ambiente universitário, deixando-o cada vez mais inseguro. Chamando o trote de tradição, neutralizamos a sua violência, impossibilitando o combate direto a esses costumes vexatórios e que apenas reforçam uma estrutura de dominação entre as pessoas.

Estes casos não são isolados, pertencentes a uma ou outra cidade, mas são generalizados por todo o Brasil, sendo necessário apenas uma pesquisa para identificar os inúmeros casos que ocorreram ao longo dos anos, e perceber uma constante: a falta de investigação sobre os agressores e a facilidade em arquivamento pelo Poder Público destes episódios violentos.

Relembramos a memória de todas e todos os estudantes que foram brutalmente violentados, desde humilhações, processos vexatórios, embebedamento, ridicularização dos corpos, assédios, estupros, a casos como o de Edison Chi Hsueh, assassinado por

estudantes de medicina da USP em um trote de 1999. Relembramos também os casos de nossa cidade, em que dois estudantes foram brutalmente agredidos por se recusarem a raspar seus cabelos, tendo que ser hospitalizados, culminando em pontos em seu rosto e amnésia temporária.

A nossa sociabilidade estudantil não está em relações de dominação, não está na humilhação de um/uma colega. A luta contra o trote deve ser horizonte permanente do movimento estudantil, que não pode permitir

que essa "tradição" se estenda por mais tempo, causando traumas profundos no processo de entrada na universidade brasileira.

Relembramos para não nos esquecermos, para não perdoarmos!

Nem bixo/bixete, nem veterano!

Nossa integração não cabe nessa velha tradição.

ENTRE EM CONTATO E CONTRIBUA COM BOLETIM DA RESISTÊNCIA POPULAR ESTUDANTIL



Escreva e contribua conosco! Aqui, as/os jornalistas também são as/os jornaleiras/os. Uma proposta de boletim libertário, aberto a contribuições críticas que enfrentem as ideias dogmáticas sobre o movimento estudantil, que aponte as contradições da realidade e que construa novas possibilidades de organização e resistência.

Email: rp28demarco@protonmail.com

Facebook: <https://www.facebook.com/rpeararaquara>

Instagram: @rpe28demarco